

Letras e missões:

a influência da educação em espaço missionário na África do Sul — os casos de Olive Schreiner e Sol Plaatje

Letters and Missions: the influence of missionary education in South Africa — analysing the writings of Olive Schreiner and Sol Plaatje.

RAQUEL G. A. GOMES

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado pela mesma instituição, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES)
raquel8755@gmail.com

RESUMO: Nascida na missão wesleyana de Wittebergen, no atual Lesotho, a literata sul-africana Olive Schreiner (1855-1920) tornou-se famosa por trabalhos como o romance *The Story of an African Farm* (1883) e *Woman and Labour* (1911). Circulando na Europa na década de 1880, Schreiner estabeleceu ligações intelectuais que influenciariam em grande medida sua produção literária. Há, contudo, uma influência anterior que perpassa boa parte de suas obras — em especial o romance *The Story of an African Farm*: aquela do ambiente missionário em que passou boa parte da infância e da adolescência. O mesmo tipo de ambiente parece ter influenciado, também, o trabalho do jornalista, político e literato Sol Plaatje (1876-1932), autor de livros como *Native Life in South Africa* (1916) e *Mhudi* (1930), admirador do trabalho de Schreiner e um dos fundadores do *South African Native National Congress*, órgão político que iria se tornar, anos depois, o *African National Congress*, ANC. Neste artigo, discuto, com o exemplo da obra e biografia de Schreiner e Plaatje, como a experiência do convívio no espaço das missões refletiu-se em suas obras e articulação político-intelectual.

PALAVRAS CHAVE: África do Sul; Literatura; Missões cristãs.

ABSTRACT: Olive Schreiner (1855-1920), who became famous for the publication of works such as *The Story of an African Farm* (1883) and *Woman and Labour* (1911), was born and raised in the wesleyan mission station of Wittenbergen, in an area known today as the Kingdom of Lesotho. Living in Europe in the 1880s, Schreiner established a variety of intellectual connections that would have great impact on her writings — but her works, especially the novel *The Story of an African Farm*, are also permeated by the experience of growing up in a missionary environment. This same experience was also shared by Sol Plaatje (1876-1932), black South African journalist and politician who published *Native Life in South Africa* (1916) and the historical novel *Mhudi* (1930). Plaatje was largely influenced by Schreiner's work, and became one of the political leaderships who constituted the *South African Native National Congress* in 1912, later to be known as the *African National Congress*, ANC. This paper analyses how the experience of living and growing up in a christian mission station had impacts not only in the writings of Schreiner and Plaatje, but also in their political and intellectual articulations.

KEYWORDS: South Africa; Literature; Christian missionary stations.

Olive Emilie Albertina Schreiner nasceu em março de 1855 na missão wesleyana de Wittenberg, localizada no atual Lesotho — era a nona criança do casal Gottlob e Rebecca Schreiner. Ele, alemão, havia conhecido a inglesa Rebecca — que carregava então o sobrenome de sua família, Lyndall — em Londres, quando ambos se preparavam para atuar como missionários pela *London Missionary Society*. Reconhecida por ter sido autodidata na juventude, Olive Schreiner cresceu em um ambiente doméstico que incentivava a leitura e, desde cedo, teve proximidade com, por exemplo, as obras dos filósofos John Stuart Mill e Herbert Spencer, além daquelas do naturalista Charles Darwin.

Dificuldades financeiras de uma família de renda modesta e muitos filhos fizeram com que Olive Schreiner começasse a trabalhar de maneira informal como governanta na pequena cidade de Dordrecht, na província do Cabo Oriental, em 1872 — tinha então 17 anos. Pouco tempo depois, passaria a morar com seus irmãos Ettie e Theo: estima-se que, nesse período, tenha começado a escrever a obra que seria publicada apenas postumamente, em 1929: *Undine*¹. Em 1874, Schreiner começou a trabalhar em tempo integral como governanta. Nos sete anos que se seguiram, trabalhou para diversas famílias *afrikaners* em diferentes cidades da Colônia do Cabo — como, por exemplo, Colesberg e Cradock. Diz-se que foi nesse período que começou a compor o texto daquela que seria sua obra mais conhecida: o romance *The Story of an African Farm*, publicado pela primeira vez na Inglaterra, no ano de 1883. Na ocasião da publicação da primeira edição, Schreiner optou por publicar o romance sob o pseudônimo Ralph Iron.

Se é verdade que a autora se tornaria famosa por trabalhos como *Woman and Labour* (1911) e pelas publicações póstumas *Thoughts on South Africa* (1923) e *Stories, Dreams and Allegories* (1923), foi com a publicação de *The Story of an African Farm* que Schreiner alcançou certa fama, além da circulação intelectual que moldaria boa parte de suas obras posteriores. Vivendo na Europa na década de 1880, Schreiner estabeleceu ligações intelectuais que influenciariam em grande medida sua produção literária — como, por exemplo, a ativista política Eleanor Marx, o matemático Karl Pearson e o sexólogo Havelock Ellis. Há, contudo, uma influência anterior que perpassa boa parte da produção de Schreiner — em especial o romance *The Story of an African Farm*: aquela do ambiente da educação missionária em que passou boa parte da infância e da adolescência.

Na narrativa que apresenta o cotidiano e a interação dos diversos tipos humanos que compõem a sociedade sul-africana vivendo no micro-

cosmo de, como anuncia a obviedade do título, uma fazenda (sul-)africana, o leitor percebe os debates políticos e culturais que haviam permeado não apenas o ambiente doméstico em que Schreiner crescera, mas que tocavam também a própria sociedade colonial. Com uma narrativa dividida em duas partes, o romance centra-se na vida de duas crianças — Lyndall, órfã, anglófona, constantemente apresentada de maneiras que destacam seu deslocamento em meio ao ambiente em que vive; e Waldo, o pastor das ovelhas e avestruzes que movimenta, no romance, boa parte dos debates sobre fé e ceticismo, e que é filho do alemão Otto — o capataz da fazenda. Com menor destaque, uma terceira personagem, a jovem Em, também tem importância para a narrativa, uma vez que funciona essencialmente como contraponto para as personalidades questionadoras e incisivas de Waldo e Lyndall. Também anglófona, Em é filha do dono original da fazenda, que se casara com Tant’Sannie, aquela que em tantas passagens é referenciada apenas como “a mulher bôer”. É Tant’Sannie que administra agora a fazenda, com a ajuda de seu capataz alemão Otto, além de contar também com o trabalho de *kaffirs* e *hotentotes*². Outros personagens são integrados à narrativa — e merece especial destaque aquele que figura como um dos principais “vilões” da trama: Bonaparte Blenkins, apresentado como uma figura cômica que é, ao mesmo tempo, manipuladora e interesseira.

A crítica do romance tem sido precisa ao indicar diversos aspectos de convergência da biografia³ da literata com a narrativa apresentada em *The Story of an African Farm*⁴. Um dos aspectos dessa convergência interessa de especial maneira a este texto: aquele que indica que o personagem chamado de velho Otto, o capataz da fazenda, teria sido criado pela autora à imagem de seu pai, o missionário Gottlob Schreiner.



Detalhes sobre a vida de Gottlob Schreiner são raros. Sabe-se que nasceu no ano de 1814, em uma pequena cidade próxima a Stuttgart, na atual Alemanha. Teria trabalhado como sapateiro até os dezoito anos de idade, quando ingressou na *Basel Mission House*: um espaço atrelado a *Basel Evangelical Missionary Society* (BEMS) — Sociedade Missionária Evangélica de Basel — destinado a educar jovens que não tinham, ainda, um nível de ensino compatível àquele necessário para o início da formação missionária. A BEMS fora fundada em 1815 e se tornou uma das maiores sociedades missionárias protestantes alemãs, consolidando, logo cedo, seu alcance internacional

e caráter interdenominacional. É importante destacar que, na década de 1830, diversas sociedades missionárias estavam consolidando seu espaço na África austral⁵ e, além disso, muitas das sociedades missionárias baseadas em Londres recrutavam seus agentes em seminários alemães e suíços (FIRST e SCOTT, 1980, p. 31). Foi assim que, em 1837, após ser ordenado missionário, Gottlob Schreiner iniciou suas atividades junto à *London Missionary Society* (LMS). Na Inglaterra, conheceu a filha de um ministro não-conformista de Yorkshire — Rebecca Lyndall. Foi com ela que Gottlob casou-se em novembro do mesmo ano. Em meados de dezembro, os dois partiram para o extremo sul do continente africano.

A atuação da LMS na região da Colônia do Cabo data da primeira onda de ocupação britânica do território, entre os anos de 1795 e 1803, mas foi apenas com a consolidação da colônia como território britânico que a presença missionária tornou-se mais sistemática e efetiva, a partir do ano de 1806. Vale destacar que, assim como a ocupação britânica, a própria LMS também dava seus primeiros passos naquele momento, uma vez que começara suas atividades em Londres no ano de 1795, como uma derivação do movimento de renovação evangélica iniciada anos antes e que tentava reverter o quadro de difusão do racionalismo e do ceticismo que conquistava boa parte da Europa. Se é verdade que a presença britânica na colônia instalou um intenso conflito cultural e político com os bôeres que ali viviam⁷ — um choque que levaria ao *Great Trek*, em 1836⁸ —, disputas de poder dentro da própria administração britânica também colocavam em dúvida o futuro das atividades missionárias na colônia, pois muitos defendiam que a presença de missões na Colônia do Cabo incentivava a “preguiça” das populações nativas, uma vez que alicerçavam o trabalho com aquelas populações no que muitos julgavam como “liberdade excessiva” (BOAS e WEISKOF, 1973, p. 422).

No território sul-africano, o jovem casal Schreiner enfrentava, ainda, boa parte dos desafios que se colocavam àqueles que empreendiam a atividade de salvar supostas almas perdidas, em especial a dificuldade de difundir as práticas cristãs entre povos que partilhavam de sistemas sociais diferentes, observando condutas sociais também diferentes. No campo de negociações que se estabelecia nesse contato, Gottlob Schreiner, como muitos missionários, acabava por oferecer uma versão “negociada” dos ensinamentos cristãos, concentrando-se nos ritos visualmente marcantes de transformação, como batismo e casamento, além da prática de guardar os sábados⁹.

Podemos imaginar que algo do pioneirismo de Olive Schreiner em pensar o protagonismo feminino tenha vindo do exemplo materno. Conta-se que Rebecca, quando jovem, tinha intenção de seguir os passos do pai, ministro, na atividade de reunir multidões para ouvir a palavra de Deus. Sendo mulher, suas possibilidades para tanto eram, contudo, bastante limitadas. Na Inglaterra vitoriana, o trabalho missionário era uma das formas encontradas para que as mulheres da classe média escapassem do confinamento ao ambiente doméstico que parecia ser seu único destino possível. Trabalhar entre os pagãos no exterior permitia que a mulher desenvolvesse uma carreira própria, conciliando-a, também, às atividades esperadas de uma esposa e, além disso, permitia ainda a partilha do espírito filantrópico de que eram agentes da transformação moral dos povos menos desenvolvidos (FIRST e SCOTT, 1980, p. 35).

Em dezembro de 1838, o casal Schreiner foi realocado. Deixando a Colônia do Cabo, partiram para a pequena cidade de Philippolis, na região que viria a ser conhecida como o Estado Livre de Orange, zona de influência e presença bôer após o *Great Trek*. Apesar de pequena, Philippolis surgia como um espaço de presenças múltiplas, já que concentrava não apenas a população bôer que se ajustava ao território, mas também a própria presença missionária que tentava consolidar seu espaço, além de diversos escravos e ex-escravos¹⁰ que, em fuga, haviam encontrado na região um bom local para começarem pequenas comunidades agrícolas. A região era conhecida como território dos griqua, povo pastoralista que combinava em sua origem uma mistura dos *khoikhoi* e dos primeiros europeus que transitaram pelo território sul-africano, em especial os funcionários da Companhia das Índias Orientais. Além dos griqua, os grupos basoto e tswana também estavam presentes na região de Philippolis — e foi para os tswana que Gottlob Schreiner dirigiu suas atividades. Meses depois da instalação do casal Schreiner na missão de Philippolis, a LMS deu início a uma investigação da atividade de Gottlob, uma vez que começaram a circular boatos de que o alemão teria se envolvido com especulação de terras, desviando dinheiro da missão.

Importante lembrar que o uso de recursos financeiros por parte das instituições ligadas às missões cristãs no continente africano era um tema sensível, especialmente entre os anos de 1830 e 1840. Em 1835, Sir George Grey, então Subsecretário de Estado para assuntos Coloniais, convidou diversas organizações missionárias para uma conferência. Tratava-se de apresentar uma proposta de parceria. Ao invés de reformar o sistema educacional para incluir nele ex-escravos de suas colônias, estudos do governo

indicavam que o custo seria menor e os resultados mais rápidos, se houvesse uma parceria com as instituições missionárias internacionais. Além disso, o governo também se propunha a financiar a atividade missionária de protestantes dissidentes, o que causou particular incômodo em diversas esferas da sociedade imperial: tratava-se, afinal, de uma organização dissidente aceitando fundos governamentais, o que acabou aprofundando as tensões do debate sobre as relações entre o estado e a igreja (RUTZ, 2006, pp. 379-385).

A partir dos boatos de que estaria fazendo uso indevido das verbas destinadas à LMS para Philippolis, Gottlob Schreiner ingressou em uma espiral de turbulência. Embora as investigações tenham sido inconclusivas quanto ao mau uso do dinheiro, a desconfiança havia quebrado boa parte das relações de confiança que baseavam o trabalho na missão. As décadas de 1840 e 1850 foram de incertezas para a família que se deslocou para diversos postos missionários no território sul-africano. Frustrado com a política da LMS, Gottlob Schreiner buscou o diálogo com outras instituições do empreendimento missionário cristão como, por exemplo, a *Paris Evangelical Mission* e a *Wesleyan Mission Society*, que acabou por aceitá-lo como catequista. Foi na década de 1850 que a família teve maior estabilidade, especialmente quando de sua presença na missão wesleyana de Wittebergen, local, como vimos, do nascimento de Olive Schreiner, em 1855 (RUTZ, pp. 40-45).

Mais detalhes sobre a atuação da família Schreiner na atividade missionária na África do Sul certamente merecem ser apresentados e debatidos, já que permitem uma melhor compreensão das alianças políticas e culturais que se estabeleciam não apenas entre missionários e as populações africanas, mas também entre diferentes instituições missionárias. Evidenciam, ainda, a discrepância entre a atividade missionária idealizada pelos centros europeus e aquela que podia ser desenvolvida diante da realidade sul-africana. Este texto, contudo, abre mão de apresentar esta discussão no momento, uma vez que sua intenção é discutir e mapear as influências intelectuais que os espaços missionários moldaram na produção literária de Olive Schreiner e de Sol Plaatje, atentando para aspectos como a materialidade da obra, sua publicação e circulação, e também a construção de temas e personagens.



Publicado pela primeira vez, como vimos, em 1883, o romance *The Story of an African Farm* despertou o interesse de um público ávido pelo consumo de narrativas sobre o continente africano. Lembremos que os anos seguin-

tes assistiram ao sucesso de títulos como *As Minas do Rei Salomão* (1885), de Rider Haggard, ou *O livro da selva* (1895), de Rudyard Kipling. Embora o romance de Olive Schreiner não se encaixe diretamente no gênero que poderíamos chamar de “aventura”, a percepção do cotidiano em uma pequena parte do continente africano também era alvo de curiosidade do público imperial.

Existem na narrativa, contudo, detalhes que poderiam passar despercebidos para o leitor que não conhece aspectos da biografia da literata sul-africana. A crítica tem indicado como transitam, em *African Farm*, boa parte dos personagens que ajudaram a compor também a narrativa da vida da própria autora. Não por acaso, a personagem principal — Lyndall, que recebe o nome em alusão ao sobrenome de solteira da mãe de Olive Schreiner — é indicada com certa constância como um alter ego da escritora. Em seu constante sentimento de desajuste e na dificuldade de pertencer aos espaços ou mesmo às relações interpessoais que são estabelecidas neles, fica evidente, também, o deslocamento que Olive Schreiner experimentou quando de suas atividades como governanta nas fazendas bôeres do interior da Colônia do Cabo.

Embora as atenções estejam focadas na personagem Lyndall, nesta análise inicial, exploraremos como as relações de Olive Schreiner com seu pai e sua formação em uma família de missionários cristãos é refletida no romance, em especial na construção de personagens como o capataz Otto, alemão constantemente descrito como grande, porém bondoso ao estilo de uma criança, carregando também grande ingenuidade que se origina, a narrativa leva a crer, em sua fé exacerbada.

Ainda atentando para o diálogo entre texto e biografia, há um aspecto que merece destaque: registros da correspondência e dos diários de Olive Schreiner levam a crer que a autora teria começado a escrever o romance no ano de 1875. Em 1876, a então governanta recebeu a notícia de que seu pai havia falecido repentinamente, fato que, como seus escritos particulares revelam, teve grande impacto emocional na autora (FIRST e SCOTT, 1980, pp. 84-85). Aos amigos, Olive contava que passara a sentir a proximidade de sua própria morte, colocando sua vida em suspenso. É provável que essa ruptura em sua forma de estar no mundo e a reorganização pessoal que a morte do pai demandou da autora tenham influenciado algo da materialidade da narrativa de *The Story of an African Farm*. O romance divide-se em duas partes, sem nenhum sentido narrativo explícito para essa divisão, mas encerrando sua primeira parte na morte do personagem Otto. A segunda parte do romance

concentra-se na apresentação do personagem Gregory Rose, figura que chega à *African Farm* para substituir Otto em seu trabalho de capataz, deixando de lado também a figura de vilania de Bonaparte Blenkins, indicado como um dos responsáveis diretos pela morte de Otto. É nesse segundo momento da narrativa que, ainda, somos apresentados a um trio mais amadurecido dos personagens Lyndall e Waldo, que surgem adultos e com planos de deixar o ambiente da fazenda. É curioso notar como a morte de um pai-personagem parece ter reforçado, na narrativa de Olive Schreiner, a sensação de não-per-tencimento ao ambiente da fazenda experimentado por seus personagens principais.

Diversas são as passagens de *The Story of an African Farm* que reforçam a ingenuidade do personagem Otto — uma ingenuidade próxima à imbecilidade, como podemos notar no trecho em que Bonaparte Blenkins, personagem caracterizado pela narrativa com o que seriam traços típicos de um irlandês, tenta convencer Otto de que o alemão provavelmente já teria ouvido falar de um famoso parente: Napoleão Bonaparte:

Nasci a esta hora, numa tarde de abril, há cinquenta e três anos. A enfermeira, meu caro senhor — que foi a mesma que cuidou do nascimento do Duque de Sutherland — trouxe-me para minha mãe: “Há apenas um nome para essa criança”, ela disse: “ele tem o nariz de seu grande antepassado”; e então meu nome tornou-se Bonaparte Blenkins — Bonaparte Blenkins. Sim, senhor... parte do meu lado materno liga-se a partes do lado materno dele!

O alemão estava perplexo,

“A conexão”, disse Bonaparte “é de um tipo que não pode ser facilmente compreendida por aqueles que estão desacostumados ao estudo das linhagens aristocráticas; mas é muito próxima”.

“Será possível!”, exclamou o alemão, parando seu trabalho — atento e admirado. “Napoleão, um irlandês!” (SCHREINER, 1976, pp. 58-59)

Outros personagens que perpassam a trama também se mostram capazes de manipular Otto, como os *kaffirs* cujo trabalho o alemão deveria supervisionar:

(...) Ele permanecia próximo ao curral, sob o sol escaldante, explicando aos dois garotos *kaffir* a aproximação do fim do mundo. Os garotos, conforme separavam os montes de esterco, piscaram um para o outro

e trabalharam tão lentamente quanto podiam — o alemão nunca via. (SCHREINER, 1976, p. 38).

Na construção do personagem Otto, podemos encontrar parte das críticas que Olive Schreiner reservava à falta de questionamento das doutrinas cristãs e da fé que reivindicava, de certa forma, uma credulidade que poderia conduzir seu praticante à cegueira. As constantes manipulações de Bonaparte Blenkins, associadas à completa ingenuidade de Otto, constroem desconfianças na proprietária da fazenda, Tant'Sannie, que acaba por expulsar o alemão de suas terras. À noite, após separar as coisas que levará em sua partida pela manhã, Otto morre enquanto dorme.

Se, por um lado, a morte do capataz alemão figura como sugestão de que a ingenuidade cristã moldava certa inaptidão às malícias do mundo, ao escolher retirar o personagem da narrativa, Olive Schreiner parece também dar ao pai, por fim, a paz de espírito que talvez ele sempre tenha buscado em vida. Ou, ainda, na morte serena de Otto em seu sono, a escritora tenha encontrado uma forma de fazer as pazes com o impacto da morte de Gottlob Schreiner, em 1876. Melhor pensar que, assim como o velho Otto, seu pai fora em paz, deixando para trás um mundo para o qual não estava, afinal, preparado.



Olive Schreiner pertenceu a uma primeira geração de escritores anglófonos que, saídos de um espaço de influência missionária cristã, mostraram, em suas obras, alguns dos aspectos que acabaram moldando sua própria forma de interpretar a sociedade que os cercava. Mas outro fator também permeava a composição literária de Schreiner, o fato de ser uma mulher branca, de origem anglófona. Pode-se esperar que sua forma de articular, no campo do literário, e a interpretação de suas experiências fossem bastante diferentes daquela dos africanos a quem seus pais levavam os preceitos cristãos, por exemplo. Isso justamente porque as experiências que o território sul-africano reservava a uma mulher branca eram muito diferentes daquelas dos africanos negros.

A correspondência de Olive Schreiner comprova, contudo, que esses não eram universos que se repeliam. Pelo contrário, eram aproximados pelo universo cultural da anglofonia. Schreiner tornou-se, também, referência para uma geração de literatos e políticos africanos negros que dava os pri-

meiros passos na articulação de instituições políticas que questionassem o avanço das políticas segregacionistas em território sul-africano entre o final do século XIX e início do XX. Entre esses literatos africanos, destaca-se o nome de Solomon Tshekisho Plaatje — Sol Plaatje.

Nascido no ano de 1876, no distrito de Boshof, no Estado Livre de Orange, Plaatje foi o sexto dos oito filhos que seus pais, Martha e Johannes Plaatje, tiveram. Sobre seu nome, pesquisadores resgataram uma interessante afirmação — Martha Bokako, sobrinha de Sol Plaatje, contou a Brian Willan, principal biógrafo do sul-africano, que Martha Plaatje, quando grávida de Solomon, ansiava por uma menina, depois de ter dado à luz cinco meninos. Ao receber seu sexto filho, mais um menino, Martha teria acrescentado ao nome cristão, Solomon, o nome tswana: Tshekisho, que significa “julgamento”. Tinha a certeza de que o filho recém-nascido era uma resposta divina a sua tentativa de sobrepor sua vontade à de Deus (WILLAN, 1984, pp. 3-4).

Os relatos levam a crer que o primeiro membro da família a converter-se ao cristianismo foi o bisavô de Sol Plaatje, Selogilwe. Poucos são os detalhes de sua conversão, mas sabe-se que Selogilwe estava entre os tswana que viram a instalação de diferentes grupos missionários na região de Thaba Nchu, no Estado Livre de Orange, ao longo da década de 1830. No final dessa década, Selogilwe mudou-se com sua família para a cidade de Philippolis, mesma região e período da atuação de Gottlob e Rebecca Schreiner quando foram deslocados para a missão da *London Missionary Society* nessa cidade (WILLAN, 1984, pp. 8-9). Embora os indícios levem a crer que a família Plaatje já havia deixado a região no momento da instalação dos Schreiner, é curioso pensar como a ideia de trânsito por uma mesma esfera de influência parece ganhar até mesmo contornos de materialidade das experiências.

Foi em Philippolis que Selogilwe recebeu seu nome “cristão” — Plaatje, que significa “plano” ou “chato” em holandês. O nome que, diz-se, fora influenciado pela “cabeça chata” de Selogilwe, foi dado a ele por um fazendeiro griqua¹¹ que falava a língua e oferecia terras em sistema de arrendamento. O avô de Sol Plaatje teve grande sucesso na criação de gado e no cultivo de grãos, legando relativa estabilidade econômica àqueles que o sucederam (WILLAN, 1984, pp. 6-7).

Quando Sol Plaatje tinha cinco anos, sua família mudou-se de Boshof para a missão luterana de Pniel e ele se tornou um dos estudantes mais aplicados da missão, impressionando o reverendo Ernest Westphal por sua ha-

bilidade no estudo de línguas como o inglês e holandês. Plaatje permaneceu na missão como tutor de estudantes mais novos até o ano de 1894, quando ingressou no serviço público da Colônia do Cabo, tornando-se mensageiro em Kimberley. No ano seguinte, também nesta cidade, conheceu a *South Africans Improvement Society*, entrando em contato com um grupo de nativos interessados em aprender inglês. Em 1898, foi transferido para Mafeking, onde passaria a atuar como intérprete e tradutor. Foram estas, inclusive, as atividades que desempenhou na cidade durante a Guerra Sul-Africana¹², em especial durante a chamada “campanha de Mafeking”, entre outubro de 1899 e maio de 1900. Ao final da Guerra, em 1902, Plaatje permaneceu em Mafeking e, com o incentivo de nomes como os do correspondente da *Reuters* na África do Sul, Vere Sternt, e de Silas Thelesho Molema, assumiu a redação do *Koranta ea Becoana*, “A Gazeta dos Bechuana” (WILLAN, 1984, pp. 99-105). Após sete anos, com o fechamento do jornal, retornou a Kimberley, onde permaneceu atrelado à carreira jornalística, agora como o editor do *Tsala ea Bechuana*, “O Amigo dos Bechuana”, posteriormente renomeado *Tsala ea Batho*, “O Amigo do Povo”.

A carreira jornalística de Plaatje dialoga com um movimento em expansão no final do século XIX e na década inicial do século XX: aquele de consolidação de periódicos que eram de propriedade e controlados por africanos negros. Exemplo marcante é o caso de John Tengo Jabavu (1859-1921), fundador do primeiro jornal sul-africano publicado em língua bantu — no caso, o Xhosa. Nascido e criado em uma missão metodista na Colônia do Cabo, Jabavu atuou também como professor, até que os textos que escrevia esporadicamente para jornais da região transformaram-no, em 1881, no editor do *Isigidimi Sama Xhosa*, “O Mensageiro Xhosa” — jornal que iniciara sua circulação no ano de 1870, sob o nome inicial de *Kaffir Express*. Publicado pela Editora Missionária de Lovedale, o *Isigidimi Sama Xhosa* tornou-se um dos primeiros espaços significativos de partilha e circulação das opiniões políticas africanas. A experiência levaria Jabavu a fundar, em 1884, o jornal *Imvo Zabantsundu*, “Opinião Negra”, sob total controle de um africano. Impresso em King William’s Town, mas circulando em boa parte da Colônia do Cabo, o *Imvo* ganhou destaque por eclipsar a maioria dos periódicos que se voltavam ao público africano e que eram, em grande medida, originados dos espaços e das prensas missionárias. O jornal de Jabavu ganharia destaque por manter um comprometimento com valores liberais sem assumir ou respaldar, a princípio, interesses políticos específicos, mas acabou por tornar-se o que Les Switzer define como “jornal de protesto” ao consolidar-se como um es-

paço de “unificação dos interesses e necessidades de uma elite cristã africana em expansão” (SWITZER, 1997, p. 59).

Na virada do século XIX para o século XX, os conhecimentos engendrados no espaço das missões eram articulados por africanos na propagação de suas ideias e lutas políticas. Periódicos como os de Tengo Jabavu e os de Sol Plaatje consolidavam-se, acima de tudo, como espaços de negociação e fazem lembrar o argumento de Benedict Anderson quando afirma que a imprensa influencia ou conecta seus leitores à esfera pública, estimulando o debate político e a interpretação de novas ideias. Na mesma medida, a imprensa pode se consolidar também como o lugar de uma *distinção subversiva* que revela alternativas ao *status quo* (ANDERSON *apud* LIMB, 2012, p. 12). Na posição assumida, por exemplo, pelo *Koranta*, de Sol Plaatje, em seus momentos iniciais, há um movimento duplo: ao mesmo tempo em que quer consolidar seu espaço de denúncia da condição do africano, quer garantir também entre seus leitores a validade de sua presença no cenário político, reforçando a importância da imprensa na política de início do século XX.

O que vimos até aqui leva a compreender o impacto da influência missionária cristã no espaço literário-jornalístico sul-africano a partir de uma perspectiva ampliada. Muito é dito sobre as influências *intelectuais* das missões, sobre como teriam moldado cristãos que, alfabetizados também em línguas europeias, passavam a consumir, além dos textos bíblicos, diversas obras literárias daquele continente. Há, contudo, uma esfera de influência *material*: lembre-se, num primeiro momento, que os custos da edição, impressão e circulação de periódicos eram bastante elevados, assim como a aquisição de prensas e até mesmo de papel. O espaço das editoras missionárias, até então dedicados à impressão de periódicos de poucas páginas e de circulação local, torna-se um centro fundamental de articulação política para os africanos. Há que se pensar, portanto, no próprio alinhamento político dos diversos missionários cristãos que transitaram pelo extremo sul do continente africano. A partir do momento em que passam a apoiar a edição de jornais africanos de caráter político, que recado querem enviar para suas sedes na Europa? Há novos alinhamentos políticos a partir da experiência sul-africana. Há rupturas ideológicas? Em que momento os africanos conferiram caráter político às palavras de Deus ensinadas no espaço das missões?

Além da influência material promovida pela experiência missionária, merecem destaque também as redes intelectuais que permitiam uma circulação ampla e internacional das publicações do continente africano.

Sol Plaatje, por exemplo, tornou-se um dos primeiros jornalistas africanos a investir em um diálogo profundo com publicações norte-americanas que exploravam a condição do negro na América (WILLAN, 1984, p. 110). Plaatje conseguiu permutar edições do jornal *Koranta* com 61 outros periódicos. Falamos de títulos do território sul-africano, da Europa e da América do Norte. Entre os anos de 1902 e 1903, o jornalista inicia uma relação, que será aprofundada nos anos de 1920, com a intelectualidade negra norte-americana — figuras como o escritor e educador Booker T. Washington (1856-1915) passariam a fazer parte das aspirações da jovem intelectualidade sul-africana. Washington era defensor da ideia de que a chave para a melhoria da condição do negro na América do Norte passava pelo aumento de oportunidades no ensino e no progresso econômico. Adotando o que muitos consideram uma política moderada e conservadora, Washington conseguiu apoio econômico para o empreendimento do *Tuskegee Normal and Industrial Institute*, onde treinava afro-americanos em uma *industrial education* — desenvolvendo atividades como a marcenaria ou novas técnicas de cultivo agrícola que, acreditava, garantiriam o lugar do negro em uma sociedade que se ajustava ao final da escravidão, no ano de 1863.

Entre as permutas negociadas por Plaatje para seu *Koranta* estava aquela a ser realizada com John Edward Bruce, fundador de diversos pequenos jornais que circulavam na região de Washington, D. C. — como o *Argus Weekly* (1879), *The Sunday Item* (1880) e o *The Republican* (1882). Bruce também era editor do *Commonwealth*, jornal de renome em Baltimore, Maryland. Ao trabalho no jornalismo, Bruce também associaria palestras sobre a condição do negro na América do Norte, e seria um dos membros mais ativos da *Afro-American League* (anos mais tarde *National Afro-American League*), criada em 1887. O *Koranta* havia impressionado Bruce de maneira positiva. Anos mais tarde, o jornalista lembraria que o periódico editado por Sol Plaatje, em Mafeking, fora apenas a segunda edição de um jornal africano com o qual ele tivera contato até então, e ficaria impressionado com os editoriais que, apesar de curtos e por vezes em tom irritado, eram também “enérgicos e bem-escritos” (WILLAN, 1984, p. 110).

Em território sul-africano, a capacidade de organização política das redes de solidariedade estabelecidas a partir das experiências missionárias daria origem, em 1912, ao *South African Native National Congress* — ou SAANC —, que anos mais tarde viria a ser conhecido como o *African National Congress*, ou ANC. O papel do SAANC, contudo, seria diluído ao longo da década de 1920, especialmente por sua consolidação como um órgão político balizado

pelas experiências do liberalismo britânico: recorrer a petições e envio de delegações para a Inglaterra parecia não ter funcionado como estratégia política para os sul-africanos. Avaliando a atuação do SANNC anos mais tarde, o pesquisador Robert Ross afirma que sua falta de sucesso nas empreitadas que o grupo iniciou pode ser compreendida a partir de sua própria constituição — africanos cristianizados, alguns ministros e pastores, nunca chegaram a representar um medo concreto para a elite política branca — faltava ao grupo o elemento revolucionário que se esperaria de um órgão político comprometido em lutar pelos direitos políticos daqueles que se queriam segregados (ROSS, 1999, pp. 85-86).

Embora outros aspectos da atuação político-intelectual de Plaatje e suas conexões com sua bagagem de uma educação missionária possam ser destacados, escolho um último e emblemático exemplo: aquele de seu romance histórico *Mhudi — An Epic of South African Native Life a Hundred Years Ago*. Há indícios de que uma primeira versão do texto teria sido escrita entre os anos de 1917 e 1920, sendo reescrito depois em 1921 a partir de sugestões de seus primeiros leitores — em especial aqueles com quem Plaatje dialogara em sua viagem pela América do Norte. O romance, no entanto, foi publicado apenas em 1930, dois anos antes da morte do autor.

Quando ainda estava nos Estados Unidos, Plaatje tentou contato com editoras como Macmillan, Harper Brothers, Scribners e Harcourt, recebendo de todas elas uma negativa. Em 1922, a Allen & Unwin de Londres aceitou publicar *Mhudi*, desde que Plaatje arcasse com o custo inicial de £ 75 para impressão dos volumes. Sem dinheiro, restava ao literato continuar em busca de interessados em publicar o livro sem a cobrança de um subsídio. Em 1929, Plaatje enviou o texto de *Mhudi* à Editora Missionária de Lovedale (WILLAN, 2015, p. 1334). Neste mesmo ano, a editora recebia um novo administrador, o reverendo Robert H. W. Shepherd, que se dedicava, há anos, a pesquisar a relação dos povos bantu com a literatura europeia. A Shepherd preocupava a ampla circulação, entre os africanos, de materiais permeados por elementos “não-cristãos”, ou mesmo “anti-religiosos”, o que colocaria em risco as conquistas obtidas em décadas de trabalho missionário na África do Sul. O reverendo reconhecia a necessidade de uma renovação nas atividades missionárias — uma renovação que passava também por ampliar a disponibilidade de literatura “de boa qualidade” para os africanos. Nesse esforço, Shepherd desenvolveu projetos como o das bibliotecas móveis que se deslocavam pelo interior do território sul-africano, levando a literatura que julgava adequada aos cristãos (PEIRES, 1979, p. 156). O que teria visto em

Mhudi, portanto, para considerar o romance histórico de Sol Plaatje uma obra que se encaixava na ideia de “boa literatura para africanos”?

Mhudi narra os eventos históricos da década de 1830, especialmente os embates entre as populações barolong e os matabele, e o encontro desses dois grupos com os bôeres que se deslocavam da Colônia do Cabo em busca de novas terras cultiváveis e distância da presença britânica. Apesar do que poderia se esperar de um sul-africano educado no espaço missionário que dizia que o lugar da mulher era o ambiente doméstico, o romance de Sol Plaatje subverte boa parte das expectativas e apresenta uma mulher negra como personagem principal — *Mhudi*, que dá título ao próprio romance.

A multiplicidade de influências e encontros legados pela experiência missionária cristã na África austral parece revelar aqui mais um de seus aspectos: aquele das influências intelectuais que tentavam romper com os limites que se poderiam colocar nas questões raciais e nas questões de gênero. Sabe-se que a produção político-literária de Olive Schreiner fora de grande influência na formação de Sol Plaatje — e que a autora tornara-se também uma das principais interlocuções intelectuais do jornalista africano. Conhecida por pensar o papel da mulher na construção de uma identidade nacional sul-africana, Schreiner enaltecia a figura feminina como aquela que daria origem a uma nova humanidade, uma humanidade capaz da convivência harmônica no espaço nacional. A narrativa de *Mhudi*, pode-se dizer, tenta repensar um território sul-africano de convivência harmônica entre os diferentes grupos humanos que pareciam, nas décadas de 1920 e 1930, muito distantes do convívio pacífico — e o elemento fundamental nesse repensar do território sul-africano proposto por Plaatje centra-se no protagonismo feminino, tal qual aquele idealizado e proposto por Olive Schreiner¹³.



Nessa aproximação inicial de uma compreensão das influências moldadas pela formação e pela vivência oferecidas pelo espaço e pela experiência das missões cristãs no território sul-africano, evidencia-se a fluidez e a circularidade de ideias que vão além dos preceitos cristãos. Se os impactos da infância e da adolescência de Olive Schreiner junto à família, convivendo com os pais missionários, foram purgados pela escrita, essa liberdade articulada pela autora para suas protagonistas mulheres influenciaria toda uma geração de intelectuais que, nas décadas iniciais do século XX, pensavam não apenas os lugares sociais que se rearranjavam no recém-formado esta-

do nacional sul-africano, mas também o próprio significado que adquiria a ideia de ser *sul-africano*.

Entre influências e confluências, entre a articulação de redes de literatos, jornalistas e políticos e a materialidade da palavra escrita que ganha forma em livros ou jornais, revela-se também a própria negociação da atividade missionária. Idealizada na Europa pelas sociedades missionárias cristãs como forma de propagar sua fé pelo continente africano, legava, na verdade, uma experiência bastante distinta daquela que os cursos de formação de catequistas, por exemplo, ofereciam. Missionários e missionárias precisavam articular novos papéis sociais distintos daqueles da metrópole, articulando também uma nova experiência religiosa cristã que pudesse ser transmitida aos africanos. Essa experiência acabou por deixar marcas profundas que abriram espaço, também, para renegociação de identidades — especialmente entre os africanos.

Letras e missões articulavam, a partir da segunda metade do século XIX, uma fé que motivava, acima de tudo, a reivindicação de lugares políticos por protagonistas que, do contrário, poderiam ter permanecido como personagens secundários ou notas de rodapé.

Notas

1 Estima-se que Olive Schreiner tenha começado a escrever *Undine* na metade da década de 1870, abandonando o texto logo em seguida. O romance recebeu pouca atenção de críticos e estudiosos, eclipsado pelo título mais famoso de Schreiner, *The Story of an African Farm*. A obra passa por uma recente redescoberta de pesquisadores — e destaca-se, com especial atenção, o artigo de Jade Munslow Ong — “Allegory and animals in Olive Schreiner’s *Undine*: A Queer Little Child (1929)”. In: **Journal of Postcolonial Writing**, vol. 51, 2016, pp. 1-13.

2 Para maiores referências sobre os termos “kaffir” e “hotentote”, ver: KUPER, Adam — “Nomes e partes: as categorias antropológicas na África do Sul”. In: L’ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (Orgs.). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002, pp. 44-45 — “Inicialmente, os termos *hottentot* [hotentote] e *kaffir* eram utilizados indistintamente para designar as populações nativas, mas na metade do século XVIII estabeleceu-se a convenção de dividi-las em dois grupos: hotentotes e kaffirs. O primeiro compreendia os povos nativos ‘amarelos’ do Cabo ocidental, sítio da colônia original. Esta população era constituída de pastores, caçadores e *strandlopers* [catadores de mariscos]. Na fronteira oriental da colônia encontravam-se as populações ‘negras’ que diferiam dos ‘hotentote’ em sua aparência, bem como na língua, na organização econômica e política. Os pastores e agricultores possuíam uma cultura elaborada do ferro e organizavam-se em chefaturas muitas vezes formidáveis. Eram chamados kaffirs, termo utilizado por portugueses e holandeses para designar os povos com os quais haviam entrado em contato na África oriental antes que a costa sul-africana fosse explorada. Cada uma dessas grandes categorias viu-se, com o tempo, novamente dividida em duas seções. No século XVIII, os povos do Cabo ocidental foram subdivididos em *bushmen* [bosquímanos] e hotentotes. Em acordo com o pensamento iluminista, o critério para distinguir essas populações

era econômico. Os bosquímanos eram caçadores, os hotentotes eram um povo de pastores”.

3 Destaca-se que boa parte das referências biográficas utilizadas por este trabalho é pautada na vasta pesquisa documental empreendida por Ruth First e Ann Scott, que resultou no livro **Olive Schreiner: a biography**. New Jersey: Rutgers University Press, 1980 — ainda uma das melhores biografias da literatura disponíveis.

4 Ver, por exemplo: VOSS, Tony. “Olive Schreiner, *Undine*, and childhood reading”. In: **English in Africa**, vol. 42, n. 1, 2015, pp. 9-25.

5 Ruth First e Ann Scott destacam como exemplos dessa intensificação da presença missionária na África Austral os casos da Rhenish Missionary Society, que atuava na região entre a Namíbia e a África do Sul, conhecida como Namaqualand; a Berlin Missionary Society, presente na república bôer do Orange Free State; a Paris Evangelical Missionary Society, na Basutoland e a American Board of Commissioners for Foreign Missions, atuando entre os Zulu. Conferir: op cit, p. 31.

6 Para mais informações, ver BOAS, Jack WEISKOPF, e Michael. “The Activities of the London Missionary Society in South Africa, 1806-1836”. In: **African Studies Review**, vol. 16, n. 3, 1973, pp. 417-436. Além disso, destaca-se que a presença sistemática de europeus na região da Colônia do Cabo data de meados do século XVII, quando um pequeno grupo de funcionários da Companhia das Índias Orientais estabeleceu um posto de abastecimento para os navios em rota para a Índia. Com o passar dos anos, a região recebeu mais colonos — vindos de territórios conhecidos hoje como Alemanha, Holanda, Suécia, por exemplo, até franceses huguenotes que fugiam das perseguições religiosas. As profundas alterações políticas que a França napoleônica trouxe à Europa fez com que, em 1795, a Grã-Bretanha ocupasse a Colônia do Cabo — tentando impedir o acesso francês à Índia. Essa ocupação seria consolidada em 1814, quando o governo holandês cedeu a soberania da região aos britânicos.

7 Os bôeres acusavam os colonos britânicos

de não respeitarem o que viam como uma tradição de séculos de ocupação do território sul-africano. Boa parte dos conflitos originava-se da política britânica de fim das práticas de escravidão — enquanto as fazendas bôeres utilizavam-se, em grande medida, do trabalho escravo.

8 *Great Trek* — ou a Grande Jornada — foi o deslocamento de famílias bôeres que deixaram a Colônia do Cabo em virtude dos atritos com a administração britânica, partindo em busca de novas terras do interior sul-africano. O movimento daria origem às unidades políticas que se tornaram conhecidas como Repúblicas Bôeres — o Traansvaal e o Estado Livre de Orange.

9 Boa parte dessas informações foi registrada pela correspondência de Gottlob Schreiner destinada a LMS. Na década de 1990, Karel Schoeman editou um volume reunindo grande parte dessas cartas. Conferir: SCHOEMAN, Karel. **The missionary letters of Gottlob Schreiner, 1837-1846**. Cape Town: Human & Rousseau, 1991.

10 Vale destacar que boa parte dos escravos que foram levados para o território sul-africano entre os séculos XVII, XVIII e em princípios do XIX vinham de regiões da Ásia, especialmente da Índia, além de territórios como Moçambique e Angola.

11 Os griqua são povos pastoralistas que combinam, em sua origem, os *khoikhoi* e os primeiros europeus que transitaram pelo território sul-africano, notadamente os funcionários da Companhia das Índias Orientais. Ao longo do século XVIII, os Griqua se deslocaram da região da Colônia do Cabo, ocupando também territórios do que seria mais tarde conhecido como a República Bôer do Orange Free State. Conferir: **African Historical Dictionaries, n. 78**. *Historical Dictionary of South Africa*. by Christopher Saunders, Nicholas Southey. Lanham, Maryland, London: The Scarecrow Press, 2000, pp. 115-117.

12 As rivalidades políticas e culturais entre britânicos e bôeres foram intensificadas pela descoberta de diamantes e ouro no território sul-africano, entre as décadas de 1860 e 1880. Disputas em torno da posse dos territórios, que se sabiam agora valiosas fontes de recursos minerais,

cresceram a partir de 1870, com sucessivas tentativas britânicas de anexação da República do Transvaal. A mais intensa dessas investidas britânicas aconteceu em 1899, deflagrando aquela que se tornou conhecida, na historiografia, também como “Guerra dos Bôeres” ou “Guerra Anglo-Bôer” — termos mais datados.

13 Para mais informações sobre o romance histórico *Mhudi*, ver Raquel G. A. Gomes. “África do Sul, nação-mulher: gênero e narrativa em *Mhudi*, de Sol Plaatje (1930)”. In: **Cadernos Pagu**, no prelo.

Referências Bibliográficas

African Historical Dictionaries, n. 78.

“Historical Dictionary of South Africa”.

Christopher Saunders, Nicholas Southey.

Lanham, Maryland, London: The Scarecrow Press, 2000.

BOAS, Jack e WEISKOPF, Michael. “The Activities of the London Missionary Society in South Africa, 1806-1836: An Assessment”. In: **African Studies Review**, vol. 16, n. 3, 1973, pp. 417-436.

COMAROFF, John e COMAROFF, Jean. **Of Revelation and Revolution**. Chicago: University of Chicago Press, 1991, 1997 [2 vols].

COUZENS, Tim e GRAY, Stephen. “Printers’ and Other Devils: The Texts of Sol T. Plaatje’s ‘Mhudi’”. In: *Research in African Literatures*, vol. 9, n. 2, 1987, pp. 198-215.

DAVENPORT, Rodney e SAUNDERS, Christopher. **South Africa — a modern history**. London: Macmillan Press, 2000.

DUNCH, Ryan. “Beyond Cultural Imperialism: Cultural Theory, Christian Missions, and Global Modernity”. In: **History and Theory**, vol. 41, n. 3, 2002, pp. 301-325.

ENDFIELD, Georgina H. e NASH, David T. “Happy is the Bride de Rain Falls on: Climate, Health and ‘The Woman Question’ in Nineteenth-Century Missionary Documentation”. In: **Transactions of the Institute of British Geographers**, vol. 30, n. 3, 2005, pp. 368-386.

GOMES, Raquel G. A. **Uma feminista na contramão do colonialismo: Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902**. São Paulo:

- Fapesp/Annablume, 2013.
- GREEN, Michael. "Social History, Literary History, and Historical Fiction in South Africa". In: **Journal of African Cultural Studies**, vol. 12, n.2, Literature and History, 1999, pp. 121-136.
- KEEGAN, Timothy. **Colonial South Africa and the origins of the racial order**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1996.
- L'ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (Orgs). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002
- LANDMAN, Christina. "A Story of Christian Piety in South Africa". In: **Missionalia**, vol. 26, n. 3, 1998, pp. 358-377.
- LIMB, Peter. **The People's Paper** — A Centenary History & Anthology of Abantu-Batho. Johannesburg: Wits University Press, 2012.
- O'SULLIVAN, Leona. "The London Missionary Society: A Written Record of Missionaries and Printing Presses in the straits settlements, 1815-1847". In: **Journal of the Malaysian Branch of the Royan Asiatic Society**, vol. 57, n. 2, 1984, pp. 61-104.
- ONG, Jade Munslow. "Allegory and animals in Olive Schreiner's *Undine*: A Queer Little Child (1929)". In: **Journal of Postcolonial Writing**, vol. 51, 2016, pp. 1-13.
- PEIRES, Jeffrey. "The Lovedale Press: Literature for the Bantu Revisited". In: **History in Africa**, vol. 6, 1979, pp. 155-175.
- RIVE, Richard. **Olive Schreiner Letters**, vol. 1: 1871-1899. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- ROSS, Robert. **A Concise History of South Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- RUTZ, Michael A. "The Problems of Church and State: Dissenting Politics and the London Missionary Society in 1830s Britain". In: **Journal of Church and State**, vol. 48, n. 2, 2006, pp. 379-398.
- SCHREINER, Olive. **The Story of an African Farm**. Chicago: Cassandra Editions, 1976.
- SHOEMAN, Karel Schoeman. **The missionary letters of Gottlob Schreiner, 1837-1846**. Cape Town: Human & Rousseau, 1991.
- SWITZER, Les (Ed). **South Africa's Alternative Press** — Voices of Protest and Resistance, 1880-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 1997
- VOSS, Tony. "Olive Schreiner, *Undine*, and childhood reading". In: **English in Africa**, vol. 42, n. 1, 2015, pp. 9-25
- WILLAN, Brian. **Sol Plaatje**, South African Nationalist, 1876-1932. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1984
- WILLAN, Brian. "What 'Other Devils'? The Texts of Sol T. Plaatje's *Mhudi* Revisited". In: **Journal of Southern African Studies**, vol. 41, 2015, pp. 1331-1347.
- WOODWARD, Wendy. "The Petticoat and the Karoos: Missionary Bodies and the Feminine in the London Missionary Society, 1816-1828". In: **Kronos**, n. 23, 1996, pp. 91-107.

Recebido em 13/03/2017

Aprovado em 15/04/2017